

Documentos e plataformas digitais de redes sociais

Novas documentalidades?

The records and digital social media platforms: new forms of documentality? / Documentos y plataformas digitales de redes sociales: ¿nuevas formas documentales?

Fernanda Aguiar Barbosa

Mestra em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB), Brasil.
fernandaaguiar039@gmail.com

Cynthia Roncaglio

Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora do curso de Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB), Brasil.
cynthia.roncaglio@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa o papel das plataformas digitais de redes sociais enquanto produtoras de novas tipologias documentais (as postagens) em novos suportes. A abordagem metodológica é de caráter exploratório, baseada em revisão bibliográfica. Os resultados da análise nos levam a inferir que as postagens podem ser consideradas documentos digitais, ainda que a falta de clareza conceitual imponha limites e incertezas.

Palavras-chave: redes sociais digitais; documento digital; Escola dos Annales; movimento neodocumentalista; novas documentalidades.

ABSTRACT

This article analyzes the role of digital social media platforms as producers of new documentary typologies (posts) in newsupports. The methodological approach is exploratory in nature, grounded in a bibliographic review. The results of the analysis lead us to infer that posts can be regarded as digital records, although the lack of conceptual clarity imposes certain limits and uncertainties.

Keywords: social media post; digital record; Annales School; neodocumentalist movement; new documentality.

RESUMEN

Este artículo analiza el papel de las plataformas digitales de redes sociales como productoras de nuevas tipologías documentales (las publicaciones), en nuevos soportes. El enfoque metodológico es de carácter exploratorio, basado en una revisión bibliográfica. Los resultados del análisis nos llevan a inferir que las publicaciones pueden ser consideradas documentos digitales, aunque la falta de claridad conceptual impone límites e incertidumbres.

Palabras clave: publicación de red social; documento digital; Escuela de los Annales; movimiento neodocumentalista; nueva documentación.

Introdução

Vivemos atualmente, em boa parte do mundo, sob um novo paradigma tecnológico organizado em torno das tecnologias da informação e comunicação (TIC). Tal paradigma baseia-se numa linguagem digital comum, na qual a informação é gerada, armazenada, recuperada, processada e transmitida por meio de bits. Na esteira dessas transformações tecnológicas, as formas de comunicação foram ampliadas e diversificadas, sobretudo no século XXI, com as chamadas redes sociais digitais.

O termo *redes sociais* já era bastante usado no campo científico, com significados específicos, mas não totalmente distinto do que passou a ser difundido a partir do fortalecimento do ambiente digital. Segundo Marteleto (2010), o termo foi usado no contexto científico pelo antropólogo australiano-britânico John Arundel Barnes, na década de 1950, quando publicou artigos acerca dos seus estudos etnográficos sobre os habitantes de uma ilha na Noruega, os quais “estariam interligados uns aos outros por cadeias de interconhecimentos” (Marteleto, 2010, p. 3). Em 1983, o historiador e sociólogo Mark Granovetter publicou um artigo intitulado “A força dos laços fracos: uma teoria de rede revisitada”, que se tornou um dos artigos mais influentes na área de ciências sociais. Sua tese afirmava que laços fracos — relacionamentos que não são reforçados por muitas amizades mútuas — são especialmente essenciais no fluxo de informações. Muitos outros estudos apontaram tanto para o seu uso em substituição às noções de estrutura e sistema (baseadas na pirâmide social) quanto para a importância das redes pessoais, familiares e comunitárias para a organização mais horizontalizada da política, economia e sociedade de diferentes culturas (Dortier, 2010).

No final dos anos 1990, o sociólogo espanhol Manuel Castells lançou um estudo em inglês, logo traduzido para diversos idiomas, publicado em três volumes, sobre a Era da Informação; economia, sociedade e cultura. O primeiro volume, intitulado *A sociedade em rede*, dedicava-se justamente a entender como as tecnologias da informação estavam integrando o mundo em redes globais de instrumentalidades (Castells, 2000).

Sob o paradigma das TIC, tais redes sociais passam a ter novos meios de disseminação de informações e comunicam-se também, e cada vez com mais intensidade, no ambiente virtual. O termo “rede social” tornou-se sinônimo de tecnologia da informação e comunicação, extrapolando fronteiras territoriais e sendo comumente usado por diferentes atores sociais, sobretudo no campo da comunicação, “com o uso de termos [diversos] como rede social digital, mídia social, mídia digital, entre outros, para expressar o fenômeno em questão” (Vermelho; Velho; Bonkovoski; Pirola, 2014, p. 5).

Santaella e Lemos (2010) afirmam que, a contar da criação e utilização do Facebook, por exemplo, em 2004, essa nova fase de comunicação passou a ser denominada redes sociais digitais, caracterizada pela integração a outras redes e pelo acesso por dispositivos móveis. No âmbito deste artigo, tendo em vista as diferentes abordagens semânticas e o uso específico para este estudo, usaremos os termos “plataformas digitais de redes sociais” ou “redes sociais digitais”, no lugar de “redes sociais”.

Este artigo é parte de uma pesquisa de mestrado sobre desinformação e postagens em plataformas digitais de redes sociais, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB) e concluída em 2023. O objetivo geral aqui é analisar teoricamente o papel das plataformas digitais de redes sociais enquanto produtoras de novas tipologias documentais (as postagens), em novos suportes – as plataformas digitais de redes sociais. Como objetivo específico, buscou-se investigar, a partir de uma revisão bibliográfica, em que medida a materialidade das postagens, entendida como expressão da força de enunciados em diferentes contextos, pode permitir tratá-las como documentos.

A nosso ver, os aspectos levantados neste artigo contribuem para o avanço dos estudos da ciência da informação, na medida em que retomam algumas abordagens teóricas que se debruçaram sobre os conceitos de documento, em particular a da Escola dos Annales¹ e a do movimento neodocumentalista,² para pensar o atual ambiente digital em que novas formas de materialização da informação e da comunicação, de origens pública e privada, se expressam.

Para analisar a emergência de uma nova documentalidade nas postagens em plataformas digitais de redes sociais foi utilizado o método exploratório, apoiado em estudos teóricos que focam na discussão dos domínios do documento para além da sua dimensão positivista clássica. A técnica baseia-se no levantamento

1 O nome “Escola dos Annales” surgiu da revista chamada *Les Annales d'Historique Économique et Sociale*, fundada pelos historiadores franceses Marc Bloch e Lucien Febvre, em 1929. A criação da revista marcava para seus fundadores uma ruptura com uma concepção positivista da ciência histórica. Uma das críticas dos fundadores dos Annales residia no fato de que a história positivista do século XIX considerava como fontes históricas válidas apenas os documentos oficiais produzidos pelo Estado. Nas décadas seguintes, os estudos publicados na revista culminariam na tendência historiográfica denominada Nova História, que ampliava a sua compreensão sobre as fontes documentais, que incluíam jornais, revistas, fotografias, diários pessoais etc.

2 O movimento neodocumentalista é uma retomada, em outro contexto social e tecnológico, do “movimento documentalista”, que discute o conceito de documentação no âmbito da ciência da informação e documentação, a partir dos trabalhos de Paul Otlet no início do século XX, que expandiram a definição de “documento” para além de textos e livros, incluindo objetos tridimensionais. O movimento neodocumentalista tem como objetivo compreender a atual realidade, na qual documentos físicos e digitais coexistem, sendo necessário entender as consequências dessa relação para melhor se conceituar o que é documento.

bibliográfico e seleção de autores, dentre eles, além dos autores precursores da Escola dos Annales e do neodocumentalismo, foram também analisados Meyriat (1981); Frohmann (2008; 2009); Lund (2008); Couzinet (2009); Murguia (2010); Rabello (2011; 2019); e Saldanha (2013). Inspirado na visão dos autores supracitados, este trabalho buscou explorar possibilidades de “leituras” do documento nas quais a ideia de materialidade possa ser mais bem escrutinada a fim de pensar a noção de documento produzido no ambiente digital.

Segundo Pedauque (2003 apud Rodrigues; Baptista, 2020, p. 39), “a falta de clareza é hoje um problema: a forma eletrônica está revolucionando o conceito de documento, mas não há como medir com precisão o impacto e as consequências devido à falta de contornos claros [do conceito de documento]”. De fato, ademais, o conceito de documento não comporta uma única definição, variando seus significados conforme o olhar das disciplinas científicas que se voltam para seu estudo; as mudanças técnicas cada vez mais velozes dificultam saber com mais precisão o alcance que tais definições possam ter. De todo modo, entende-se que algumas reflexões trazidas aqui, a partir de diversos autores, podem lançar alguma luz no debate sobre em que medida postagens em plataformas digitais de redes sociais podem ser entendidas como documentos.

Em complementação, os questionamentos de Lund (2022) a respeito de documentos digitais também contribuem para a nossa análise: “Onde está o documento? É possível falar de documentos se o documento pode mudar ou mesmo desaparecer em segundos?”. O autor afirma que o documento “pode ser visto simultaneamente como um fenômeno físico, social e mental” (Lund, 2022, p. 24). De acordo com esse ponto de vista, podemos entender as postagens como um tipo de documento digital, em que os três fenômenos citados coexistem: o físico (produzidos em aplicativos acessados e baixados em computadores de mesa ou de bolso); o social (materializado nas relações em rede) e o mental, vivenciado na interação dos sujeitos com as postagens.

Indícios epistemológicos das postagens em redes sociais digitais como documentos

A Escola dos Annales nasceu na França, do encontro e colaboração de pensadores sociais ao longo de seis décadas, na revista intitulada inicialmente de *Annales d’Histoire Économique et Sociale*. Tal revista foi publicada em 1929 por seus fundadores, os historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch, com o propósito de reunir as ciências sociais num projeto renovador, incluindo a geografia, a sociologia e a economia para compreender a história. Opondo-se à história tradicional, de cunho essencialmente político, diplomático e militar, a nova tendência, depois chamada

de Nova História, baseava-se numa história-questões ou história-problemas, com predominância de uma abordagem econômica e social. Após a Segunda Guerra Mundial, a revista passa a se chamar *Annales: Économies, Sociétés, Civilizations* e a partir de 1956 é conduzida pelo historiador Fernand Braudel.

Uma das contribuições do grupo foi pensar sobre os limites dos documentos utilizados como fontes válidas pelo método positivista para o estudo da história – as chamadas fontes oficiais produzidas pelo Estado. Ao contrário desta visão, a Nova História, a partir da década de 1970, amplia a noção de documento ao considerar que outras fontes precisavam ser valorizadas para a compreensão dos fenômenos sociais no tempo e no espaço. Assim, os historiadores passam a utilizar diversos tipos de documentos tais como jornais, revistas, diários pessoais, fotografias, fitas-cassetes, filmes cinematográficos. Tal redirecionamento das fontes levava em conta, por um lado, a necessidade de incluir na historiografia “vozes” esquecidas ou silenciadas pelos documentos oficiais (mulheres, operários, indígenas, camponeses etc.) e o papel de outros atores sociais (igrejas, sindicatos, empresas privadas etc.) na estrutura social e econômica. Por outro lado, é também impulsionado pelas mudanças técnicas de informação e comunicação que permitiam não só a reprodução, mas a proliferação de novas formas e formatos de registros. Essas mudanças culminam também em usos de novos termos como o que chamamos hoje de TIC.

Ainda sob esta ótica, contrária ao exemplo clássico da ação de documentar, ficou evidente para os integrantes da Escola dos *Annales* que “o ato de documentar é externo ao objeto, numa ação interpretativa, subjetiva e/ou social” (Rabello, 2011, p. 6). Tal evidência, a de que documentar é ação interpretativa externa ao objeto, foi, segundo o autor, um divisor de águas que permitiu novas conceituações de documento. Rabello (2011) cita exemplos do debate sobre o conceito de documento. Jacques Le Goff (1998) considera o documento como “monumento”, Ulpiano de Meneses (1998) como “objeto da memória”, Arjun Appadurai (1991) e Igor Kopytoff (1991) como uma “biografia”.

Trazendo a discussão para os dias atuais, não há como ignorar que objetos digitais³ são documentos e têm sido utilizados como fontes para a compreensão da história das mentalidades e das representações coletivas, como é o caso das postagens nas redes sociais digitais. Sobretudo porque tais postagens nesse

3 Objeto digital é uma “unidade de informação em formato digital composta de uma ou mais cadeia de bits e de metadados que a identificam e descrevem suas propriedades” (Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos – CTDE do Conselho Nacional de Arquivos – Conarq. Glossário: documentos arquivísticos digitais. Rio de Janeiro: Conarq, 8. versão, 2020).

ambiente digital são feitas por instituições públicas e privadas, pessoas e comunidades, para mediar a comunicação com a sociedade, além de, inclusive, já serem largamente utilizadas como provas em processos judiciais e criminais.

Acerca do movimento neodocumentalista, conforme Saldanha (2013), o nome “neodocumentação”, em primeira instância, remete às obras dos primeiros “documentalistas”, a saber: a do belga Paul Otlet, advogado de formação e empresário que se interessou profundamente pela organização do conhecimento, escrevendo várias obras sobre o assunto, uma delas *Traité de documentation* [Tratado de documentação], publicado em 1934, e que teve grande repercussão, tornando-se referência para a criação da área de documentação; e Suzanne Briet, bibliotecária e historiadora francesa, que produziu numerosos artigos e ficou muito conhecida mundo afora pelo sucinto e instigante livro *Qu'est-ce que la documentation?* [O que é a documentação?], publicado originalmente em 1951. O neodocumentalismo surge como um coletivo de pesquisadores que, a partir da década de 1990, retomam as ideias desses pensadores sobre documentação à luz do contexto digital.

Esse novo movimento, em que se destacaram autores como Buckland (2013) e Lund (2008), surge com o objetivo de compreender a realidade contemporânea, na qual documentos analógicos e digitais coexistem, sendo necessário entender as consequências dessa relação para melhor se conceituar o que é documento. Segundo Lund (2008), a *Résau thématique pluridisciplinaire: Documents et contenu: création, indexation, navigation* [Rede Temática Multidisciplinar: Documentos e conteúdos: criação, indexação, navegação], tentou estabelecer uma definição de documento eletrônico, mas reconheceu que seria uma definição inacabada devido aos avanços contínuos na tecnologia digital.

Essa rede de investigação francesa sobre documento digital era então liderada por Jean-Michel Salaün, professor da Ecole Nationale Supérieure des Sciences de L`information et des bibliothèques (ENSSIB). Salaün chamou de “redocumentarização” a transposição do documento analógico para o meio digital e seus efeitos decorrentes, como, por exemplo, a forma pela qual o usuário interpreta esse documento a partir de sua interação com o documento, dentro desse novo contexto. Pode-se notar aí um crescente interesse acadêmico voltado para o estudo dos documentos no ambiente digital.

O neodocumentalismo busca não apenas definir o que é documento na contemporaneidade, mas também fazer com que tal discussão tenha influência na forma de pensar e de usar a informação registrada no seu novo contexto (o digital), sendo também uma questão epistemológica no âmbito da ciência da informação. Salaün explica que

essa nova forma de documentarização reflete ou tenta refletir uma organização pós-moderna de nossa relação com o mundo, que pode ser vista nas esferas privada, coletiva e pública, cada vez mais sobrepostas. Como na modernização anterior, o documento participa do processo e desempenha um papel fundamental, mas evoluiu ao ponto de se perguntar se ainda é a mesma entidade. (Salaün, 2007, p. 3 apud Rodrigues; Baptista, 2020, p. 40)

Ou seja, a concepção pós-moderna destaca a imbricada relação entre as esferas pública e privada, haja vista, por exemplo, a crescente exposição da vida privada nas redes sociais digitais, tornando cada vez mais indistinta a vida pública da vida privada e da intimidade. Tais esferas, antes mais delimitadas, perdem progressivamente a demarcação de suas fronteiras, ocorrendo uma fluidez e fusão de ambas.

A seguir, apresentamos o Quadro 1, criado por Rondinelli (2011), com a definição de documentos segundo os principais autores documentalistas e neodocumentalistas.

Quadro 1 – Quadro de conceitos de documento segundo documentalistas e neodocumentalistas

Autores	Área	Ano	Documento
Otlet	CI	1934	"As coisas materiais em si (objetos) podem ser consideradas documentos quando se colocam como elementos de estudo ou provas de uma demonstração"
Briet	CI	1951	"[...] todo índice concreto ou simbólico, conservado ou registrado com a finalidade de representar, reconstruir ou demonstrar um fenômeno físico ou intelectual"
Buckland	CI	1991	Informação-como-coisa: livros, textos, fotografias, edifícios, pessoas, eventos apontam para alguma informação, logo se constituem em evidência física, em documento, ou seja, "em coisa a partir da qual se pode aprender"
Randón Rojas	CI	1999	Objetivação do pensamento. Serve de orientação ao projeto social humano. Só é documento quando tratado como tal, isto é, quando submetido a certas estruturas pelo cientista da informação

Fonte: adaptado de Rondinelli (2011)

Por fim, se pode notar que, tanto na Escola dos Analles quanto no movimento neodocumentalista, há pontos de convergência relacionados ao entendimento de que a definição de documento e sua validação como tal é indissociável do seu contexto material, social, intelectual e tecnológico.

As postagens nas plataformas de redes sociais digitais enquanto documentos

Conforme visto até aqui, ao longo da história, o conceito de documento vem sendo discutido e ressignificado de acordo com mudanças e avanços de cada época, dos seus contextos sociais e fatores diversos. Segundo Ribeiro,

tradicionalmente, bibliotecas e arquivos têm sido considerados locais privilegiados de conservação da memória, ideia intimamente associada à guarda/custódia de documentos (suportes materiais de informação, predominantemente em papel), com o fim supremo de servir interesses culturais e de investigação (especialmente a histórica). (Ribeiro, 2009, p. 1)

Tais avanços, contextos e fatores poderiam configurar mudanças de paradigmas nos estudos sobre documentos, ratificando o documento como mero suporte de conservação de memória, ou poderiam levar a uma ruptura com a tradição, provocando o surgimento de estudos que apontavam para a ampliação do conceito de documento no contexto digital.

A visão tradicional entrou definitivamente em colapso e a tecnologia está na gênese de um novo paradigma em que o objeto “documento” – bem valorizável na categoria de “patrimônio”, que importa conservar como testemunho material não só porque contém informação, mas também porque constitui um artefato inserido na cultura de uma dada época – está rapidamente a ser substituído pelo objeto “informação”, entendida como fenômeno humano e social, que se torna cognoscível e potenciador da produção de conhecimento científico sobre si próprio. (Ribeiro, 2009, p. 4)

Na concepção de Otlet, a biblioteca não era então mais um espaço tradicionalmente destinado à reunião física de livros e documentos, mas sim um espaço comprometido com a recepção e difusão da informação, e o seu acesso e compartilhamento inaugurariam a “era pós-custodial”, ou seja, uma era não preocupada apenas em custodiar passivamente os documentos.

Com efeito, a simbiose entre a informação e a tecnologia digital veio pôr em causa a noção estática e clássica de documento como conceito operatório e como objeto de conhecimento, e assinalou a entrada dos arquivos e das bibliotecas na chamada “era pós-custodial”, passando a informação a afirmar-se como objeto em torno do qual se produz conhecimento científico numa área que, em 1958, nos Estados Unidos da América, foi batizada com o nome de *information science*. (Ribeiro, 2009, p. 5)

Pode-se afirmar que desde Otlet e sua obra seminal intitulada *Tratado de documentação*, passando pela revolução tecnológica da segunda metade do século XX que culminou na criação da internet e de seus consequentes desdobramentos nos estudos da informação, as discussões sobre documento ganharam mais espaço, em paralelo e, algumas vezes, conjuntamente com as discussões sobre informação. Historicamente, a palavra documentação (como ideia de documento) assumiu designações distintas, inclusive como disciplina acadêmica criadora de saberes que inspiram as práticas documentais. Mas, acerca do conceito de documento, nota-se que ele é repensado e ressignificado por várias disciplinas científicas, de acordo com o desenvolvimento das sociedades e das tecnologias empregadas em cada época. Basicamente, um documento pode ser entendido como tal desde que é gerado, ou pode vir a ser reconhecido como tal, em razão do seu potencial de informação ser considerado valioso.

A nosso ver, a abordagem social do estudo da informação possibilita maior e melhor compreensão a respeito do que pode ser considerado documento, uma vez que o aspecto social intervém em todas as relações humanas, das quais surge toda a sorte de acontecimentos e atividades que geram materiais que podem, em algum momento, vir a ser denominados documentos. A literatura contemporânea na área de ciência da informação apresenta três paradigmas, a saber: 1) custodial (historicista, patrimonialista e tecnicista); 2) pós-custodial (informacional e científico); 3) político-ideológico e sociocultural. Esse estudo adota, em linhas gerais, este último e mais recente paradigma. Ribeiro e Silva (2020) explicam que o paradigma político-ideológico e sociocultural apresenta as seguintes características: a sociologia e a antropologia em lugar da história, da filologia e das humanidades; a alteração da mediação da informação passando do “passivo, custodial e elitista” para o ideológico e sociocultural; o “olhar crítico face às novas tecnologias da informação e comunicação”.

A respeito dos estudos sobre documentos, Lund (2022), em seu texto “Teoria do documento”, reflete sobre duas linhas mestras da teoria do documento, desde Paul Otlet até os dias atuais, sendo a primeira linha a que diz respeito à escolha entre a definição ampla ou restrita de documento: consideramos que tudo pode se tornar documento ou restringimos o que pode ou não ser considerado documento? O autor constata que há uma tensão no momento da definição dos elementos constitutivos de um documento, e que, para tanto, é necessário escolher a partir de qual perspectiva será feita essa definição: serão dadas como importantes “as propriedades físicas e as circunstâncias sociais de um documento” ou “a interpretação mental ou cognitiva de um documento”, em que a pessoa processa e compreende a informação contida num documento, relacionando-a com

os seus próprios conhecimentos, experiências e contexto mental. Ambas as perspectivas (abrangência da definição e elementos constitutivos de um documento) “dependem grandemente da perspectiva a partir da qual a teoria do documento é discutida” (Lund, 2022, p. 36). Em resumo, o autor infere que os estudos atuais se dividem em lidar com os documentos a partir do seu contexto social de produção ou do contexto cognitivo individual que dá sentido ao documento. Contudo, ressalta que as duas perspectivas não são excludentes e cita Frohmann como exemplo de autor que dialoga nas suas análises com as duas vertentes.

Lund sinaliza que Frohmann considera importante o debate e questiona sobre o que determinaria o tipo de documento, se seria o problema, a estrutura organizacional, a disciplina, ou outros fatores. Segundo Lund, “pode ser importante, ao concluir, admitir que, talvez nunca cheguemos à teoria final do documento, à própria essência do documento” (Lund, 2022, p. 38).

Sobre documento enquanto objeto, Couzinet (2009) pensa ser possível que, ao se conceitualizar um objeto, este possa tornar-se um documento. “Escrito, objeto ou imagem, ele é socialmente construído e considera interesses ou posições diversas em contextos bem definidos” (Couzinet, 2009, p. 14). Complementando essa ideia de documento como objeto, apresentada por Couzinet, Baudrillard afirma acerca do objeto:

Todo objeto tem, desta forma, duas funções: uma que é a de ser utilizado, a outra a de ser possuído. A primeira depende do campo da totalização prática do mundo pelo indivíduo, a outra um empreendimento de totalização abstrata realizada pelo indivíduo sem a participação do mundo. Estas duas funções acham-se na razão inversa uma da outra. Em última instância o objeto estritamente prático toma um estatuto social: é uma máquina. Ao contrário, o objeto puro, privado de função ou abstraído de seu uso, toma um estatuto estritamente subjetivo: torna-se objeto de coleção. (Baudrillard, 1997, p. 94)

Trazendo essas discussões para o âmbito da nossa pesquisa, no cenário das plataformas digitais de redes sociais, as postagens poderiam ser compreendidas como documentos? Documentos de que natureza? A princípio nos parece que sim, as postagens são documentos, mas ainda é necessário conhecer e explorar melhor sua natureza, sua estrutura, suas possíveis formas de organização e intervenção e usos. A partir da perspectiva social de estudo (e cultural) do documento, situamos as postagens, a partir da sua interação com os usuários, como um tipo de documento irradiador de sentidos. A partir dessa interação, pessoas e comunidades dão sentido e valores específicos às postagens,

utilizando-as com finalidades particulares, tornando-se, pois, uma espécie de nova documentalidade digital.

Assim, no escopo dessa pesquisa, entendemos que uma postagem é um objeto com uma função primária, qual seja, a de ser publicada em uma plataforma para informar algo, ao mesmo tempo em que é alimentada com novas informações por meio dos comentários dos usuários das plataformas na qual encontra-se publicada. Sua função original, é, pois, servir como um veículo de informação aos usuários da plataforma, seja para vender, negociar, denunciar, entreter, ensinar. Uma vez que esse objeto é possuído (tomado, apropriado) por uma pessoa (usuário), outras funções podem ser atribuídas à postagem (objeto) como, por exemplo, a função de provocar alguém (quando o recebimento da postagem desagrada a alguém devido ao seu conteúdo); a função de ensinar alguém sobre determinado assunto com o uso do conteúdo da postagem; a função de desinformar (difundir intencionalmente informações falsas, distorcidas ou tendenciosas); ou ainda, a função de servir como documento para um trabalho acadêmico, para uma prova jurídica, dentre tantas outras funções possíveis.

Quanto à função social do documento, essa é protagonista no momento de se avaliar as postagens enquanto documentos, pois as postagens carregam força, valores e crenças e irradiam diferentes finalidades, tudo isso gerado a partir da relação de significação com as pessoas que as consomem, interpretam e as utilizam (no ambiente digital ou fora dele). Como diz Pierre Lévy, os “materiais digitais são constituídos tanto pela representação digital quanto pelas formas de percepção produzidas a partir dela” (Lévy, 1996, p. 58). Dessa forma, refletir sobre novas entidades técnicas e novos conceitos de documento no atual contexto da rede mundial de computadores e nas plataformas digitais de redes sociais, onde ocorre a produção exponencial de informação (como as postagens), é fundamental no âmbito da ciência da informação. Sobretudo porque o uso das redes sociais já faz parte da cultura de massa contemporânea, tendo adquirido novas funções além das relativas ao comércio e ao entretenimento, passando a ser ferramenta de trabalho e de marketing de jornalistas, políticos, empresários, profissionais da educação, da saúde etc. que a utilizam como forma de divulgar conteúdos relativos à sua área de atuação profissional, “por conseguinte, cada vez mais as mídias sociais digitais se tornam fontes de informação” (Tomaél, 2016, p. 141). Até mesmo instituições públicas das esferas do poder federal, estadual e municipal delas já fazem uso seja para divulgar suas atividades, seja para conectar-se com o seu público de maneira mais informal a fim de aprimorar seus serviços e atingir seus objetivos. Como já diziam Maria Inês Tomaél e Adriana Alcará há quase dez anos,

enquanto as empresas detectam tendências pela análise do conteúdo de mídias sociais, os governos despertam para a sua exploração, com o propósito de identificar oportunidades para manter suas atividades orientadas para o futuro. Segundo Grubmüller, Götsch e Krieger (2013), os governos começam a considerar o valor das mídias sociais como fontes de informação e como instrumento para a seleção de *feedbacks* e a detecção de tendências futuras. (Tomáel; Alcará, 2016, p. 147)

A seguir, a título de conhecimento, e antes de retomarmos as postagens como documentos, reproduzimos o Quadro 2, elaborado por Rosely Rondinelli (2011), que apresenta uma classificação e definição dos documentos digitais. Não adentraremos aqui na discussão acerca dos documentos de arquivo digitais também analisados pela autora e um tema importante a ser estudado.

Quadro 2 – Classificação de documento digitais

1 Documento digital estático

Não permite alteração na forma e no conteúdo além das determinadas pela tecnologia como abrir, fechar, diminuir, aumentar etc. Exemplo: documentos com equivalentes em papel: carta em Word; recibo de compra on-line

2 Documento digital interativo

Permite alteração de forma e/ou conteúdo por meio de regras fixas ou variáveis

2.1 Documento digital interativo não dinâmico

As regras que gerenciam forma e conteúdo são fixas e o conteúdo é selecionado a partir de dados armazenados no sistema

Exemplo: catálogos de vendas on line

2.2 Documento digital interativo dinâmico

As regras que gerenciam forma e conteúdo podem variar

Exemplo: serviços de previsão do tempo e de cotação de moedas cujos conteúdos estão sempre mudando (sistemas de informação e não documentos propriamente)

Fonte: Rondinelli (2011)

Como se pode verificar, tal classificação remonta a mais de uma década. Desde então, temos presenciado a intensificação do uso de plataformas digitais e aplicativos (substituídos e/ou modificados incessantemente) por todos os setores – público, privado e pessoal – para comunicar, produzir, receber e enviar documentos. Em qual das classificações de documentos digitais apresentadas podemos incluir as postagens das redes sociais? Atualmente, a legislação brasileira já contempla as postagens em plataformas digitais de redes sociais como provas materiais, haja vista o Marco Civil da Internet, criado sob a lei n. 12.965/2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Inclusive com a intensificação dos usos nos últimos anos,

o governo federal está elaborando um projeto de lei para regulamentar as plataformas e redes sociais no Brasil, que será enviado ao Congresso, exigindo mais responsabilidade das plataformas digitais de redes sociais em relação aos conteúdos postados. Portanto, classificá-las como documentos digitais (estáticos e/ou interativos) já é uma realidade.

Para Jean Meyriat (1981), “o documento pode ser definido como um objeto que suporta a informação, que serve para comunicar e que é durável (a comunicação pode, assim, ser repetida):

Duas noções intervêm conjuntamente aqui, uma de natureza material (o objeto que serve de suporte), a outra conceitual (o conteúdo da comunicação, isto é, a informação). As duas são inseparáveis uma da outra, e a conjunção das duas é essencial nesta definição. (Meyriat, 1981, p. 2)

Logo, o autor entende que as duas noções, a de objeto (o suporte) e a de conteúdo (a informação), definem documento conjuntamente. Por outro lado, o autor também argumenta que “cada mensagem tem um significado e não se pode definir um documento independentemente do significado da mensagem que ele tem a função de transmitir” (Meyriat, 1981, p. 2). Assim é que o significado de uma postagem no Twitter, por exemplo, construído em conjunto com as pessoas que a utilizam, dotarão essa postagem de uma função específica, como a de servir, em um caso criminal, como documento comprobatório. Considera-se, neste caso, um documento nato, de acordo com Meyriat, pois uma postagem é durável porque pode ser incontavelmente repetida na forma de seu compartilhamento. Como se pode notar, Meyriat adota a perspectiva de uma definição ampla do documento:

Todo objeto pode, então, se tornar documento. Minha bicicleta poderá um dia fornecer, a quem saiba lhe interrogar, informações sobre o lazer da burguesia em meados do século XX, sobre o tamanho médio dos franceses nesta época, sobre as técnicas empregadas pela construção mecânica, sobre o estado da rede rodoviária ou sobre as repercussões da crise petroleira. (Meyriat, 1981, p. 3)

Em contraponto à durabilidade e à permanência de uma postagem, sem tratar da sua autenticidade (que é outra questão importante), por meio da sua replicação (compartilhamento) apresenta-se também o seu caráter efêmero. A efemeridade de uma postagem nas redes sociais digitais pode ter a ver com o seu local de publicação no *feed*. Logo após ser publicada, ao se rolar a página do *feed*

(página onde as publicações são mostradas), a postagem não estará mais na sua posição de origem, sendo sobreposta por outras. Ou seja, a efemeridade, a temporalidade, ao mesmo tempo que pode demarcar uma característica das postagens enquanto documento digital, pode ser, por outro lado, uma característica que faz questionar se podem constituir, de fato, documentos. Conforme Lund,

isso suscita a importante questão se é possível falar realmente de documentos digitais. Se são apenas uma coleção temporária de partes díspares reguladas por uma determinada linguagem de programação, possibilitando uma forma perceptível por algum limitado tempo, pode-se perguntar se faz sentido falar de documentos em um ambiente digital. Alguém pode perguntar: Onde está o documento? É possível falar de documentos se o documento pode mudar ou mesmo desaparecer em segundos? (Lund, 2022, p. 22)

Costa, Gomes e Silva (2017) afirmam que 11% do material de mídia social, como postagens no Twitter, é apagado após um ano; 13% dos links de referências da web que remetem para artigos acadêmicos desaparecem após 27 meses, e 80% das páginas da web, após um ano, não estão mais disponíveis em seu formato original. Dessa forma, nota-se uma ambiguidade e instabilidade do documento digital: sua permanência (possibilitada pelo compartilhamento em grande escala) e sua efemeridade (proporcionada pelas próprias mudanças das plataformas tecnológicas). A informação só adquire valor a partir do seu uso; o que se dá após a produção do documento que a veicula. Um jornal, que habitualmente é consumido para se ler notícias, pode ser utilizado como fonte para uma pesquisa acadêmica ou como peça de coleção em um museu. O objeto permanece fisicamente o mesmo – um jornal – e, a depender do valor que é atribuído a ele, pode-se fazer dele um documento. Para Meyriat, “o documento não surge como tal, *a priori*, mas como o produto de uma vontade, aquela de informar ou se informar – a segunda ao menos, sendo sempre necessária” (Meyriat, 1981, p. 4). o autor frisa a imprescindível expressão da vontade do indivíduo em obter uma informação, em se informar, para que um objeto seja considerado documento. Sob essa ótica, não é a vontade do produtor o fator determinante na definição de documento, mas sim a vontade do indivíduo de se informar. A esse aspecto mental que particulariza a pessoa no processo de definição de documento, somam-se os destacados aspectos material e social que subjazem a esse processo. Paralelo ao desejo do indivíduo de se informar, a própria informação, segundo Meyriat, deve ter como uma de suas funções a de ser útil:

Quadro 3 – Função da informação

Gênero	Duração: Instantânea	Duração: Definitiva
Ser útil explicitamente	Informação utilitária ou de orientação <i>Information de renseignement</i>	Informação especializada <i>Científica, técnica...</i>
Prazer, diversão, enriquecimento <i>Utilidade difusa</i>	Informação nova [nt. <i>nouvelles</i> está no plural e nesse caso pode designar notícias]	Informação cultural <i>Aculturante</i>

Fonte: Meyriat (1981).

Conclusão

O avanço das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e, em especial, das redes sociais digitais, tem transformado profundamente as formas de comunicação e circulação da informação, ao mesmo tempo em que gera novos desafios conceituais para a ciência da informação. O artigo aqui apresentado buscou compreender as postagens em plataformas digitais de redes sociais como novas tipologias documentais, discutindo sua materialidade e sua condição de documento em um ambiente marcado pela fluidez, instabilidade e multiplicidade de sentidos. Partindo do próprio conceito de redes sociais e tendo como referenciais a Escola dos Annales, o neodocumentalismo e autores contemporâneos, argumentamos que tais postagens podem ser consideradas documentos por reunirem dimensões físicas, sociais e mentais, ainda que a falta de clareza conceitual sobre o documento digital imponha limites e incertezas. Nesse sentido, a pesquisa contribui para ampliar o debate teórico sobre documentalidade no contexto digital, oferecendo subsídios para repensar o conceito de documento frente às dinâmicas próprias das plataformas digitais de redes.

Tanto a Escola dos Annales quanto o movimento neodocumentalista representam marcos fundamentais na ampliação e problematização do conceito de documento. A primeira, nascida na França, rompeu com o positivismo histórico ao reconhecer a validade de novas fontes — para além das oficiais — e afirmar o caráter interpretativo e social do ato de documentar, valorizando registros diversos que dão voz a pessoas antes silenciadas. Já o neodocumentalismo, retomando as contribuições de Otlet e Briet à luz do ambiente digital, busca compreender a coexistência entre documentos analógicos e digitais, propondo conceitos como a redocumentarização e refletindo sobre os efeitos da interação

do usuário nesse novo contexto. Ambos os movimentos convergem ao evidenciar que o documento não pode ser reduzido a uma definição única e estática, mas deve ser entendido como uma construção histórica, social, técnica e intelectual, especialmente relevante na contemporaneidade marcada pela fluidez e pela fusão entre esferas pública e privada nas redes sociais digitais.

Nesse percurso, observou-se a passagem do paradigma custodial, centrado na guarda patrimonial, para o paradigma pós-custodial, voltado à informação, e, mais recentemente, para o paradigma político-ideológico e sociocultural, que evidencia a dimensão crítica e social da informação. No atual contexto das tecnologias da informação e comunicação e das redes sociais digitais, o documento torna-se ainda mais fluido e instável, desafiando definições clássicas. As postagens em plataformas digitais das redes sociais exemplificam essa nova documentalidade: ao mesmo tempo efêmeras e replicáveis, transitam entre a permanência e a volatilidade, assumindo funções diversas — de comunicação, prova, entretenimento, desinformação, entre outras — conforme o uso social que lhes é atribuído.

Assim, compreende-se que o documento não é uma entidade fixa, mas um constructo histórico, social, material e mental, cuja definição depende do contexto de produção, circulação e apropriação. No ambiente digital, essa condição se intensifica: o documento se constitui na interação entre suporte, informação e práticas sociais que lhe conferem valor e significado. Reconhecer essa complexidade é fundamental para a ciência da informação, que encontra nos documentos digitais — e especialmente nas postagens em redes sociais — um campo privilegiado para refletir sobre novas formas de materialidade, comunicação, informação, documento e memória.

Evidenciamos ao longo da análise que as postagens em redes sociais podem ser compreendidas como documentos digitais, desde que analisadas em sua materialidade, em seu conteúdo e, sobretudo, em seus usos sociais. Mais do que simples registros efêmeros, elas constituem objetos informacionais cuja função está atrelada à intencionalidade de informar, influenciar, documentar ou mesmo servir como prova. Nesse sentido, podemos considerar as plataformas digitais como novas instituições de produção e circulação de documentalidades, atravessadas por regimes de informação marcados por disputas de poder, credibilidade e desinformação.

Ao destacar dimensões políticas, sociais e materiais do documento, foi demonstrado aqui que a definição de documento na ciência da informação não pode mais restringir-se ao suporte físico, mas deve incluir os registros digitais que organizam práticas comunicativas em diferentes esferas — privada,

pública, profissional e jurídica. Na esteira de Frohmann (2009, p. 54), quando afirma que “a dimensão simbólica dos espaços e saberes de produção e reprodução de documentalidades pode transcender os lugares consagrados pelo Estado”, podemos compreender tanto as postagens como documentos quanto reconhecer que o ambiente digital definitivamente inaugurou novas formas de materialidade documental, cuja relevância extrapola o entretenimento e o consumo rápido de informação. Essa nova documentalidade desafia a tradição, ao mesmo tempo em que amplia os horizontes teóricos e metodológicos da ciência da informação, demandando estudos que investiguem sua credibilidade, seus padrões e seus impactos sociais.

Para González de Gómez (2002), os regimes de informação estão inscritos em possibilidades culturais e são tensionados por relações de poder, e podem modelar as ações tanto de sujeitos quanto de instituições. As plataformas de redes sociais ratificam tal pensamento, pois se mostram, atualmente, como novas instituições dentro do quadro social, político e econômico dos países, com força para influenciar opinião pública, decisões e comportamentos.

Estudar o conceito de documento no âmbito das redes sociais digitais possibilita várias abordagens. Recomendamos, entre elas, como exemplo: analisar o legado e as possíveis interações e diálogos existentes entre a Nova História e os neodocumentalistas, as vertentes no âmbito dos estudos da ciência da informação a respeito de documento, informação e tecnologia digital; aprofundar os estudos multidisciplinares sobre postagens em plataformas e aplicativos móveis na busca por novos referenciais epistemológicos e metodológicos que possam contribuir para a preservação da memória digital.

Resta evidente, portanto, que as postagens nas plataformas digitais de redes sociais configuram uma nova forma de atribuir sentido e significado aos documentos digitais. Essa condição decorre da cultura contemporânea de uso das redes sociais digitais não apenas para fins comerciais ou científicos, mas também para entretenimento e, sobretudo, para informação. Considerando que as redes sociais digitais e seus registros cotidianos já se tornaram uma realidade inescapável, é razoável afirmar que essa temática não pode ser negligenciada nem adiada pelos estudos da ciência da informação.

Referências

- BAUDRILLARD, J. O sistema dos objetos. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- BUCKLAND, M. *Document Theory: an introduction*. In: CONFERENCE AND SCHOOL ON RECORDS, ARCHIVES AND MEMORY STUDIES, 2013. Records, Archives and Memory: selected papers. Croácia: Universidade do Zadar, maio, 2013. p. 223-237.
- CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura: sociedade em rede*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS - CTDE do Conselho Nacional de Arquivos - Conarq. Glossário: documentos arquivísticos digitais. Rio de Janeiro: Conarq, 2020. 8.versão.
- COSTA, M.; GOMES, D.; SILVA, M. J. The evolution of web archiving. *International Journal on Digital Libraries*, v. 18, n. 3, p. 191-205, 2017.
- COUZINET, V. Complexidade e documento: a hibridação das mediações nas áreas em ruptura. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação Informação Inovação e Saúde*. Rio de Janeiro, v. 3, n.3, p. 10-16, set., 2009.
- DORTIER, J. F. (dir.). *Dicionário de Ciências Humanas*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (org.). *A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 19-34. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/829> Acesso em: 23 abr. 2024.
- FROHMANN, B. Revisiting “what is a document?”. *Journal of Documentation*, [s.l.], v. 65, n. 2, p. 291 - 303, 2009. Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/00220410910937624>. Acesso em: 22 abr. 2022.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, Brasília, v.31, n.1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652002000100004>. Acesso em: 04 nov. 2023.
- MARTELETO, R. Redes sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em ciência da informação. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, [s.l.], v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119365>. Acesso em: 03 jun. 2023.
- LARA, M. L. G. *Documento e significação na trajetória epistemológica da ciência da informação*. Niterói: EdUFF, 2010.
- LE GOFF, J. *A história nova*. Tradução Eduardo Brandão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LÉVY, P. *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996.
- LUND, N.W. Document, documentation, and the Document Academy: introduction. *Arch Sci*, [s.l.], n.8, p. 161-164, 2008.
- LUND, N. W. Teoria do documento. *Logeion: Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro, RJ, v. 8, n. 2, p. 6-46, 2022. Disponível em: <https://revista.ibict.br/finf/article/view/5907>. Acesso em: 16 abr. 2023.
- MARTELETO, R. Redes sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em ciência da informação. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, [s.l.], v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119365>. Acesso em: 03 jun. 2023.
- MEYRIAT, J. Document, documentation, documentologie. *Schéma et Schématisation*, [s.l.], n. 14, p. 2-63, 1981.
- MURGUÍA, E. I. Documento e instituição: produção, diversidade e verdade. In: FREITAS, L. S.; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. (org.). *Documento: gênese e contextos de uso*. Niterói: EdUFF, 2010.
- RABELLO, R. A dimensão categórica do documento na ciência da informação. *Encontros Bibli, Florianópolis*, v. 16, n. 31, p. 131-156, 2011.
- RABELLO, R. Informação institucionalizada e materializada como documento: Caminhos e articulações conceituais. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*, [s.l.], v. 13, n. 2, p. 5-25, 2019.
- RIBEIRO, F.; SILVA, M. A. *Ciência da Informação Trans e Interdisciplinar: para a superação de equívocos*. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2020.
- RODRIGUES G. F. R.; BAPTISTA, D. M. O movimento neodocumentalista e a reaproximação entre ciência

da informação e documentação: uma perspectiva histórico-conceitual. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 35-49, 2020.

RONDINELLI, R. C. O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisitação necessária. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2011.

SALDANHA, G. S. O documento e a “via simbólica”: sob a tensão da “neodocumentação”. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 65-88, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/17>. Acesso em: 4 fev. 2020.

SANTAELLA, L.; LEMOS, R. *Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter*. São Paulo: Paulus, 2010.

TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, R. A. (org.). *Fontes de informação digital*. Londrina: Eduel, 2016.

VERMELHO, S. C.; VELHO, A. P. M.; BONKOVOSKI, A.; PIROLA, A. Refletindo sobre as redes sociais digitais. *Educação & Sociedade*, [s.l.], v. 35, n. 126, p. 179-196, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000100011>. Acesso em: 4 fev. 2020.

Recebido em 6/3/2024

Aprovado em 15/8/2025